



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TEREZA RACHEL DE P. S. ANDRADE

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE JAPÃO E
ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO DE 1845 A 1856.**

**JOÃO PESSOA
2021**

TEREZA RACHEL DE P. S. ANDRADE

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE JAPÃO E
ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO DE 1845 A 1856.**

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito
parcial à obtenção do título do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Ásia e Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

JOÃO PESSOA
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A554a Andrade, Tereza Rachel de Paiva Serrano de.
Análise da formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 A 1856 [manuscrito] / Tereza Rachel de Paiva Serrano de Andrade. - 2021.
35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Japão. 2. Estados Unidos. 3. Relações Diplomáticas. I.
Título

21. ed. CDD 327.5

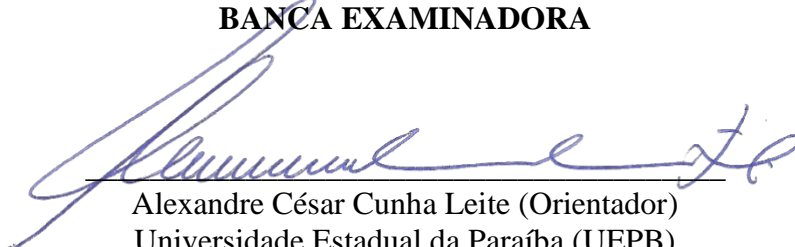
TEREZA RACHEL DE PAIVA SERRANO DE ANDRADE

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE JAPÃO E
ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO DE 1845 A 1856**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 27/05/2021.

BANCA EXAMINADORA



Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Aline Gomes Albuquerque
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)



Cristina Carvalho Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Análise da formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 a 1856

Resumo

Este artigo tem como tema a análise da formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 a 1856. A pergunta norteadora do texto é: quais foram os elementos mais relevantes na formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 a 1856? Este artigo utiliza a metodologia de Process Tracing (PT) que contribui para análises que visa investigar, de modo mais aprofundado, a sequência de eventos e a relação de causalidade em um determinado fenômeno social, utilizando ferramental qualitativo. Sendo assim, os objetivos específicos são (i) abordar o kurofune estadunidense, como se deu o primeiro contato entre japoneses e estadunidenses; (ii) relatar o comportamento japonês diante do "Kurofune Raikou", a chegada da Expedição de Perry; (iii) analisar, com base na metodologia de Process Tracing, as relações diplomáticas que foram formadas entre Japão e Estados Unidos, e que resultaram na abertura dos portos japoneses.

Palavras-Chave: Japão; Estados Unidos; Relações Diplomáticas.

Abstract

This article has as theme the analysis of the formation of diplomatic relations between Japan and the United States from 1845 to 1856. The guiding question of this work is what were the most relevant elements in the formation of diplomatic relations between Japan and the United States in the period of 1845 to 1856? This article uses the Process Tracing methodology that contributes to analyzes that aim to investigate, in a more in-depth way, the sequence of events and the causal relationship in a given social phenomenon, using qualitative tools. Therefore, the specific objectives are (i) to describe the American kurofune, the arrival and first contact of the Japanese with the Americans; (ii) reporting Japanese behavior towards Kurofune Raikou, the arrival of Perry's Expedition; (iii) analyze, based on the Process Tracing methodology, the diplomatic relations that were formed between Japan and the United States, and which resulted in the opening of Japanese ports.

Keywords: Japan; United States; Foreign Policy.

AGRADECIMENTOS

Escrever um trabalho de conclusão de curso nesta época não foi fácil, o medo e a incerteza do futuro estiveram presentes diariamente, para superá-las foi necessário muito apoio, amor e carinho que foram me dados diariamente pelos meus pais e por Deus para seguir em frente. Começo agradecendo a eles, “papai e mamãe”, por sempre me incentivarem e acreditarem no meu potencial, mesmo quando eu mesma não acreditava, por sempre trabalharem duro pela minha educação, e o amor que me oferecem diariamente. A minha avó Lena que sempre apoiou meus estudos, esteve comigo no início da pandemia e deste trabalho. Ao meu irmão Pê, minha cunhada Nath e meu sobrinho Gabriel, obrigada pelo amor e carinho, pelas ligações (quase diárias) mesmo com a distância sinto vocês aqui pertinho de mim. Agradeço também a Samuel pelo amor e carinho diários, e principalmente pelo incentivo e preocupação com o meu futuro. As minhas amigas queridas de infância e de sempre: Aninha, Bia, Vivi, Ayla e Mariana, obrigada pela amizade e confiança. Dedico este artigo a todos vocês que me acompanharam desde o início na minha jornada acadêmica.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) me transformou no que sou hoje, serei eternamente grata pela oportunidade dessa graduação. A todos os professores da instituição pela dedicação e atenção que foram essenciais para meu crescimento acadêmico. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, pela paciência e atenção durante o desenvolvimento deste artigo numa época tão difícil, e pelas dicas e ensinamentos que enriqueceram minha caminhada.

Aos meus colegas de curso: Anne Elisa, Isabele, Letícia, Rina, José Matheus, Tayná Alanna, Monalisa, Kevin, Sara, Gabi, Adolfo, Belinha Franca, Emilly Monteiro, Eduarda Peres, Daniel Ferreira e tantos outros que passaram pela UEPB e deixaram sua marca na minha vida, em especial ao meu querido Marcus Philippe Nicácio Gomes.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Chegada de Perry e o Esquadrão das Índias Orientais (Kurofune Raikou) Sob a Perspectiva Japonesa	22
Figura 2	Perspectiva Estadunidense da chegada do Esquadrão de Perry	23
Figura 3	Reunião entre o Comodoro Perry e os Nobres Japoneses.....	27
Tabela 1	Variáveis/Eventos que influenciaram a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1855	29
Mapa 1	Mapa do Japão cerca de 1845-1856	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Relações entre Japão e Estados Unidos durante o Sakoku no período Edo.	9
1.1 Governo do Xogum Tokugawa.....	10
1.2 Distanciamento do Xogunato com estrangeiros: O Sakoku	11
1.3. Tentativas de relacionamento entre estadunidenses e japoneses na costa japonesa	13
1.4. Visita de Mercator Cooper e o despertar do interesse estadunidense no Japão	14
2. Influência estadunidense na abertura dos portos japoneses	17
2.1. Interesse estadunidense na abertura dos portos japoneses.	18
2.2. Kurofune Raikou – A Expedição de Perry.....	21
2.3. Tratado de Kanagawa – A Abertura dos Portos Japoneses	24
3. Process Tracing como base na análise das relações firmadas entre Japão e Estados Unidos.....	28
Conclusão	31
Referências	33

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em analisar os processos que resultaram na formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 a 1856. Esse tema faz referência ao kurofune¹ estadunidense que ocorreu no século XIX, de caráter político e econômico, e que possibilitou maior integração entre os dois Estados (Jansen, 2000). Dessa forma, o objetivo constitui em apresentar e analisar os acontecimentos que tornaram as relações políticas de ambos os países possível desde a chegada estadunidense ao Japão até as aberturas dos portos japoneses para comércio com os Estados Unidos no ano de 1855 (Auslin, 2005).

O artigo utiliza o Process Tracing (PT) como instrumento metodológico. O PT consiste em uma ferramenta qualitativa de pesquisa que visa rastrear o processo causal a partir de experiências empíricas. Essa escolha metodológica é coerente com uma pesquisa que visa trabalhar um caso específico — a construção/formação das relações diplomáticas entre país A e país B, em perspectiva histórica — objetivando analisar de forma mais aprofundada uma série de eventos que seriam cruciais no desenvolvimento escolhido para estudo (Beach, 2016). No caso deste artigo, ocorre uma análise dos acontecimentos que desencadearam na constituição das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos. O artigo utiliza caráter exploratório, através de uma revisão bibliográfica e análises das literaturas obtidas para compreender como ocorreu esse processo de acordos firmados entre os dois Estados.

O período de 1845 a 1856 foi escolhido com base na estruturação do processo de relações diplomáticas de ambos os países, desde o primeiro contato dos japoneses com estadunidenses, com o resgate involuntário de japoneses pelo capitão estadunidense Mercator Cooper em 1845, a expedição do Comodoro Matthew Perry em 1853, e as relações diplomáticas que foram estabelecidas entre ambos (Auslin, 2005).

Para propiciar um melhor entendimento, o artigo foi dividido em três tópicos. O artigo discorre na primeira seção sobre o Japão feudal e sua hostilidade com estrangeiros, e o kurofune estadunidense tratando como ocorreu e em que resultou o primeiro contato dos japoneses com estadunidenses. Em sequência, a segunda seção trata o interesse estadunidense de abertura dos portos japoneses, o comportamento japonês diante da chegada da Expedição do comandante Mathew C. Perry e a formação das primeiras relações diplomáticas do Japão com os Estados Unidos, acordos firmados e seus desdobramentos. Por fim, na terceira seção faz-se o uso da

¹ Navios Negros (黒船) ou Kurofune, era o nome dado aos navios ocidentais que chegavam ao Japão entre os séculos 16 e 19

metodologia de Process Tracing (PT) para explicar o processo de formação e integração que foram formadas entre Japão e Estados Unidos e seus impactos no Japão socialmente.

1. RELAÇÕES ENTRE JAPÃO E ESTADOS UNIDOS DURANTE O SAKOKU NO PERÍODO EDO

Nesta primeira seção aborda-se, inicialmente, o governo do Xogum Tokugawa, governo este que instituiu um Estado autoritário² no Japão. Foi um período de intensivo isolamento político-econômico do país e rígido controle interno, regulando os feudos através do código de leis (Treat, 1922). É necessário compreender como encontrava-se o Japão politicamente para ter dimensão das dificuldades dos estadunidenses em firmar relações.

Durante esse período, chamado Sakoku, as relações e o comércio entre o Japão e outros países foram limitados, os japoneses comuns impedidos de deixar o país e os estrangeiros, impedidos de entrar no Japão (Nester, 1996). A segunda seção apresenta as determinações políticas aplicadas no período do Sakoku que dificultou a busca por alianças e comércios com o Japão por parte dos estadunidenses que, esporadicamente, tiveram oportunidades de contato através de capitães que entraram em mares japoneses por necessidade ou apenas por coincidência. Infelizmente, a maioria fracassou, devido ao rígido controle interno que proibia o ancoramento de navios negros, ou kurofunes — nome dado pelos japoneses aos navios ocidentais que chegavam ao Japão entre os séculos 16³.

Apesar das dificuldades enfrentadas por estrangeiros ao tentar adentrar o Japão, alguns estadunidenses obtiveram oportunidades de conhecer o Japão, de se familiarizar melhor com seus costumes e conduta. A terceira seção trata sobre pequenas tentativas de contato estadunidense no território japonês e as impressões e dificuldades apontadas pelos estadunidenses de estabelecer comunicação e comércio com os japoneses.

A quarta e última seção deste tópico traz os relatos do capitão Mercator Cooper que foram os primeiros detalhados — com tanta riqueza de informações da cultura japonesa, que até então eram desconhecidas pelos Estados Unidos — escritos por um estadunidense (Mcomie, 2011). E também sobre os relatos de James Biddle, o primeiro enviado estadunidense em busca de formar um tratado de comércio.

² Este conceito de Estado autoritário foi dado por alguns autores utilizados como referência neste artigo, como Nester, 1996; Kazui & Videen, 1982.

³ Os primeiros países a terem contato com os japoneses foram os portugueses, em 1543. Os navios tinham o casco pintado de preto com piche, e então os japoneses adotaram o termo que passou a representar todas as embarcações ocidentais (Malyn, 2004).

Este tópico tem a importância de apresentar como o Xogunato japonês regia o país, a relevância do Xogum e o que levou o país a tomar medidas políticas que dificultaram a busca por alianças e comércios com o Japão. Essas consequências encaminham para ações tomadas pelos Estados Unidos e que são apresentadas, no tópico 2 que trará a abertura dos portos japoneses e a formação de um tratado.

1.1 Governo do Xogum Tokugawa

Neste subtópico aborda-se sobre o governo do Xogum⁴ Tokugawa, que entre os anos 1603 e 1868 adotou uma política externa isolacionista no Japão; o objetivo é compreender o comportamento da família Tokugawa, a autoridade do Xogum no Estado japonês, e o sistema de feudos. O Xogum Ieyasu Tokugawa, Xogunato⁵ japonês Tokugawa, ou Bakufu⁶ Edo, instituiu um estado autoritário, e seus descendentes governaram o Japão por pouco mais de 200 anos (Treat, 1922). O sistema adotado por Tokugawa foi chamado de bakuhan, uma combinação dos termos “bakufu” e han — domínios ou feudos⁷.

O Xogum Tokugawa transferiu a capital para Edo — onde ficava seu feudo — hoje a cidade de Tóquio. As terras foram redistribuídas e mensuradas por “*koku*”, medidas de grãos de arroz equivalente a 5,2 alqueires. Em troca dessas terras, os senhores feudais — chamados de Daimiô — faziam um juramento de lealdade ao regime Tokugawa — Xogunato ou Bakufu.

O poder dos Xoguns passados, antes de Tokugawa, estendia-se sobre o imperador e todos os outros abaixo dele, contudo, Tokugawa ajudou a família imperial a recuperar seu

⁴ Xogum (将軍 Shōgun) “comandante do exército” em português, é a abreviação do termo japonês Seii Taishōgun (征夷大將軍 "Grande General Apaziguador dos Bárbaros"). Era um título militar, usado no período do Japão feudal, concedido diretamente pelo Imperador ao general que comandava o exército. Além de proprietário rural, o xogum era um militar chefe que estava abaixo apenas do Imperador (Lu, 1997). Quando os primeiros exploradores portugueses entraram em contato com os japoneses, estes descreveram o imperador como alguém que possuía grande autoridade simbólica, mas pouco poder político, e o xogum era quem de fato comandava as decisões do governo (Fernandes Pinto, 2000, 38).

⁵ O Xogunato era um regime feudal até à idade moderna, semelhante ao feudalismo (Lu, 1997).

⁶ O Xogunato também era chamado de Bakufu (幕府), que significa “tenda do governo” (um controle militar), originalmente era a casa de um xogum, mas acabou por ser usado em japonês para descrever a ditadura militar, exercida pelos xoguns.

⁷ A palavra “baku” vem de “bakufu”, que era o governo que os líderes Tokugawa usavam para administrar seus assuntos privados dentro de seu próprio feudo. Han significa domínio e se refere aos mais de 250 domínios que existiram durante o período Edo. Assim, bakuhan se refere à coexistência do governo Tokugawa com governos separados e independentes em cada um dos feudos. Uma vez que cada senhor feudal, ou “daimiô”, era um retentor do shogun, o bakufu ou shogunato tinha algum poder em todo o Japão. Este não era um sistema federal ou mesmo uma hierarquia centralizada de autoridades políticas.

prestígio — que foi perdido na administração dos Xoguns passados — reconstruindo seus palácios e doando terras. Contudo, não devolveu poder político (Nester, 1996).

O Xogum decretou uma série de leis que designavam estritamente os deveres e direitos dos Daimiôs e do próprio Imperador (Nester, 1996). Embora os Daimiôs não fossem diretamente tributados, os Tokugawa periodicamente minavam seu acúmulo de riqueza, avaliando contribuições para projetos de obras públicas extensas, incluindo templos, santuários, estradas, peregrinações e o castelo e palácio do Xogum. Segundo Nester (1996), os agentes de Tokugawa se infiltraram em todos os feudos e relatavam todas as atividades dos Daimiôs. Enquanto isso, o imperador permaneceu em Kyoto e legitimou o governo Tokugawa, designando-os formalmente como o novo Xogunato — regime.

1.2 Distanciamento do Xogunato com estrangeiros: O Sakoku

Durante um período de pouco mais de 200 anos do Xogunato Tokugawa ocorreu um distanciamento entre o Japão e o Ocidente⁸. Este subtópico aborda como e por que as relações entre o Japão e o Ocidente foram limitadas; objetiva-se apresentar ao leitor os obstáculos impostos pelos japoneses que dificultaram uma aproximação dos estadunidense.

Como explicado anteriormente, ao tomar posse, o Xogum redistribuiu as terras entre os Daimiôs que possuíam total controle dos impostos dos seus feudos. Houve um aumento excessivo dos impostos na região de Shimabara que provocou descontentamento nos camponeses locais e no Ronins — samurais sem senhores. Também ocorreu uma perseguição religiosa contra os cristãos locais provocando ira nos camponeses que então transformaram em 1637 uma revolta aberta, chamada Rebelião de Shimabara que durou até 1638.

O Xogum ficou impressionado com a resistência dos rebeldes, que já haviam vencido várias tropas do Daimiô local, e enviou uma força de mais de 125 mil homens para reprimir os cerca de 27 mil camponeses. Depois de um cerco prolongado contra os rebeldes, o Xogunato obteve a vitória. Com isso, o Xogum suspeitou que católicos ocidentais tinham envolvimento na divulgação da rebelião, e então comerciantes portugueses foram expulsos do país e relações com estrangeiros foram proibidas em 1641 (Kazui & Videen, 1982). Essa política isolacionista adotada pelo Xogum foi chamada de “*Sakoku*” — fechando o país — veio como o oposto a palavra “*Kaikoku*” — abrindo o país.

⁸ É referido pelos japoneses os “estrangeiros” ou “bárbaros”, mas ao que tudo indica são países Europeus, já que não se tem conhecimento de países fora da Europa que tenham tido contato com o Japão nesta época.

Durante o Sakoku, os estrangeiros foram impedidos de entrar no Japão e japoneses comuns foram impedidos de deixar o país (Treat, 1922), junto com a propagação do slogan *sonnō jōi* — “reverencie o imperador e expulse os bárbaros”. O autor W. G. Beasley descreveu que os defensores do slogan "expulsar os bárbaros", ou "jōi", consideravam o comércio exterior prejudicial à economia japonesa, e os costumes e religiões ocidentais eram prejudiciais a base ética da sociedade japonesa. Um elemento importante na posição de muitos defensores do jōi era o desejo de revitalizar o que eles viam como uma política e sociedade decadentes.

Após a rebelião de Shimabara, e o início do Sakoku, o Japão manteve relações políticas e econômicas com alguns países Asiáticos: China, Reino de Ryūkyū e Coreias, que já eram parceiros antigos; e Holanda, que lutou ao seu lado na rebelião de Shimabara. Como o único país ocidental com tais privilégios, a Holanda ocupou uma posição privilegiada, sendo a porta pela qual o conhecimento sobre ciência, medicina, produtos e armamentos da Holanda e Europa foram importados para o Japão (Nester, 1996). Simultaneamente, os holandeses geraram grande riqueza exportando produtos e conhecimentos japoneses para o oeste. O comércio, e contato, com os países aliados era realizado através de Dejima⁶, uma ilha artificial criada na baía de Nagasaki, para evitar que estrangeiros adentrassem o país (Kazui & Videen, 1982).

Em algumas referências, as traduções transmitem o significado literal do texto, mas não conseguem fornecer e contemplar os detalhes complexos necessários para compreender o contexto cultural da narrativa, então não é correto tratar o Sakoku como “isolamento” japonês como é chamado por alguns historiadores⁹ e como seria na tradução literal, porque na verdade não era um isolamento, já que existiam relações comerciais com alguns países. Segundo Kazui & Videen (1982), as fronteiras foram fechadas basicamente para países Europeus que cultuavam o cristianismo, como consequência da Rebelião de Shimabara, com exceção da Holanda.

Durante este período de distanciamento o Japão recebeu, esporadicamente, oportunidades de relacionamento através de capitães do mar de diversos países ocidentais, que entraram nas águas do Japão por necessidade ou curiosidade. Um desses países foram os Estados Unidos, que tiveram, por meio de capitães, ocasiões favoráveis de obter relações com japoneses enquanto navegavam nas rotas comerciais transpácificas triangulares entre Cantão, Havaí e a costa noroeste da América (Nester, 1996).

⁹ Em "Foreign Relations During the Edo Period: Sakoku Reexamined", Kazui disserta brevemente sobre a complexidade da palavra Sakoku e equívocos de alguns historiadores.

Segundo Nester (1996), cientes de que a pena por violar a ordem de exclusão do Japão era a morte, poucos capitães estadunidenses se atreviam a entrar no país. Os estadunidenses que arriscaram desbravar o Japão buscando comércio encontraram suas ambições frustradas pela consequência do Sakoku, existindo uma recusa severa das autoridades japonesas e da população em comprar produtos estrangeiros.

1.3 Tentativas de relacionamento entre estadunidenses e japoneses na costa japonesa

Ao longo dos quase 200 anos de Sakoku, o Japão foi caracterizado, segundo Nester (1996), como uma terra distante e misteriosa para os Estados Unidos, mas não inacessível. Este subtópico aborda alguns relatos sobre navios estadunidenses que navegaram em mares japoneses, seu objetivo é mostrar as dificuldades apontadas pelos estadunidenses de estabelecer comunicação e comércio com os japoneses.

O primeiro relato de um estadunidense navegando em mares japoneses foi o do capitão e comerciante estadunidense John Kendrick, de Massachusetts. Em maio de 1791, o capitão desafiou os quase dois séculos de reclusão do Japão em busca de comércio. Ele ancorou seus navios, o “Columbia” e o “Lady Washington”, mas incapaz de vender seus produtos para os habitantes locais, ele “fez apenas uma curta viagem” e partiu. Kendrick deixou uma nota explicando “o estresse do vento e das ondas” que o forçou a desembarcar e que zarparia assim que o tempo melhorasse (Nester 1996).

Segundo Nester (1996), um comerciante chamado William Cleveland também tentou desbravar o Japão. Após sua visita, ele escreveu que “embora tenhamos sido ensinados a considerar os japoneses um povo cruel antes de chegarmos, muitas histórias que agora consideramos exageradas e algumas totalmente infundadas” (Nester, 1996). Cleveland comentou sobre a cortesia, gentileza, limpeza e obediência do povo à autoridade, mas como outros estadunidenses que também buscaram comércio, queixou-se da longa e tediosa tarefa necessária para vender um pequeno produto.

Um visitante estadunidense durante este período navegou audaciosamente sob Nagasaki em 1803, o capitão William Stewart carregou consigo um camelo, um burro e um búfalo de água como presentes e afirmou levar uma carta do Presidente Jefferson autorizando-o a abrir o comércio com o Japão. Barcos de guarda japoneses cercaram seu navio, e oficiais levaram Stewart sob custódia. Os japoneses aceitaram os produtos, mas ordenaram que Stewart partisse imediatamente (Nester, 1996).

Após este período, não se tem conhecimento de muitos navios estadunidenses que navegaram em águas japonesas. Segundo Nester (1996), talvez os comerciantes estadunidenses tenham desistido dos mercados fechados do Japão ou ouvido que o governo adotou uma política muito mais severa em relação às intrusões estrangeiras, o Nihen Nahu¹⁰ — não pensar duas vezes.

Com o decreto de "não pensar duas vezes" em vigor, anos se passaram sem nenhum conhecimento de estadunidenses no Japão. Mas, curiosamente, em 1822 e novamente em 1833, segundo Treat (1922), os japoneses tiveram a chance de manter um relacionamento político formal com os estadunidenses através do ministro Edmund Roberts, que recebeu cartas com instruções para visitar o Japão e iniciar negociações para a abertura de relações comerciais (Treat, 1922).

O presidente Andrew Jackson despachou o diplomata Edmund Roberts com um pequeno esquadrão para fazer tratados protegendo os direitos comerciais estadunidenses com vários reinos e principados que fazem fronteira com os oceanos Índico e Pacífico ocidental (Nester, 1996). Infelizmente, em 1836, Roberts ficou gravemente doente e morreu em Macau, o que o impediu de se tornar o primeiro enviado estadunidense oficial para o Japão.

Estes foram os relatos dos primeiros estadunidenses que tiveram, ou tentaram, algum contato com japoneses, é possível perceber que o período do Sakoku dificultou quaisquer que fossem as chances ou investidas estadunidenses que só viriam a mudar um pouco no futuro.

1.4 Visita de Mercator Cooper e o despertar do interesse estadunidense no Japão

Em 1842, após saber do destino da China na Guerra do Ópio¹¹, o Bakufu optou por suavizar sua política de “não pensar duas vezes”. Agora, as autoridades locais podiam abastecer navios estrangeiros e só deveriam abrir fogo caso recusassem a sair (Nester, 1996). Diante disto, em 1845 ocorreu, através da tripulação do navio Manhattan, o primeiro contato entre estadunidenses e japoneses em terras nipônicas (Mcomie, 2011).

Neste subtópico aborda-se os relatos da visita do capitão do navio Manhattan, Mercator Cooper, ao Japão, bem como o despertar do interesse estadunidense de firmar um acordo comercial. O objetivo é levar a compreensão da evolução das relações de contato entre

¹⁰ O Xogunato emitiu seu edito Ninen Nahu — “não pensar duas vezes”, no qual as tropas japonesas deveriam atirar imediatamente em navios estrangeiros e matar qualquer tripulação que chegasse à terra, depois de uma briga entre marinheiros ingleses e aldeões japoneses.

¹¹ A Guerra do Ópio entre China e Inglaterra resultou na derrota chinesa e na assinatura do Tratado de Nanquim que resultou a abertura dos portos chineses ao livre mercado.

japoneses e estadunidenses que, até então, nunca ocorreram, e também dos motivos que tornaram o Japão um interesse comercial estadunidense.

Em abril de 1845, o navio Manhattan de Sag Harbor, Nova York, comandado pelo Capitão Mercator Cooper, encontrou um grupo de japoneses naufragados a diversos meses. Por meio de mímicas e linguagens de sinais, Cooper entendeu que estavam naufragados e ofereceu ajuda aos japoneses, disse que os levaria de volta para o Japão, e assim o fez. Sendo assim, Cooper decidiu partir imediatamente para Edo – feudo do Xogum e a sede do governo Japonês – apesar das conhecidas proibições de navios estadunidenses, britânicos ou outros estrangeiros, exceto holandeses e chineses, entrarem em suas águas (Mcomie, 2011).

Esta visita inesperada tinha, segundo Cooper, dois objetivos: o primeiro era “[...] devolver os náufragos a suas casas”. O outro era “[...] fazer uma forte e favorável impressão do governo, no que diz respeito à civilização dos Estados Unidos e sua disposição amigável para com o imperador e o povo do Japão”. Ele mais tarde renunciou que “[...] o passo decidido levou a algumas informações curiosas e interessantes, relativas a este país, cujas instituições e hábitos de cujo povo são pouco conhecidos pelo mundo civilizado” (Mcomie, 2011).

Com seus objetivos traçados, Cooper navega em direção a ilha de Honshu¹² e no caminho encontra, mais uma vez, onze náufragos japoneses em uma embarcação jogada as correntes e prestes a afundar. O capitão levou todos a bordo e continuou a navegar em direção ao Japão. Os estadunidenses pegaram livros, e também mapas dos principais arquipélagos japoneses (Mcomie, 2011). Depois de ler e estudar estes documentos algumas vezes, o capitão afirmou que seria “um dos mais interessantes espécimes de arte e literatura geográfica que já vagou pelas costas do leste asiático”. Cooper percebeu que a maioria dos homens que resgatara seriam pessoas comuns, pescadores, já que boa parte deles tinham conhecimento de pesca a várias distâncias da costa (Mcomie, 2011).

Ao chegar à ilha de Honshu, o capitão Cooper envia um dos homens que resgatara para o “Imperador” – Xogum – em Edo¹³, com uma mensagem declarando sua intenção de entrar no porto para desembarcar os homens que ele resgatou, e para obter suprimentos necessários para capacitá-lo a continuar sua viagem (Mcomie, 2011). Uma barcaça veio ao encontro do navio baleeiro estadunidenses. A julgar por seu traje elaborado, parecia ser comandado por um oficial de alta patente, que informou ao capitão que seus mensageiros tinham chegado “na corte” e que

¹² Honshu (本州) é a maior das ilhas do arquipélago japonês. Três das quatro maiores e mais modernas cidades japonesas situam-se em Honshu, incluindo: Tóquio (a maior), Yokohama, Osaka, Nagóia, Kobe, Kyoto, Akita, Sendai, Fukushima, Niigata e Hiroshima.

¹³ Antigo nome da capital Tóquio e feudo do Xogum

“o imperador havia concedido a ele permissão para vir até ao país com seu navio” (Mcomie, 2011). No entanto, o capitão foi instruído a ancorar o navio fora de um “certo promontório” a noite, e na manhã seguinte, ele foi rebocado até seu ancoradouro “dentro de um metro da cidade” (Mcomie, 2011).

Nem o capitão nem a tripulação do Manhattan tiveram permissão para sair do navio. Oficiais japoneses permaneceram a bordo continuamente para impedir que alguém o fizesse. Como outro meio de bloquear qualquer comunicação com a costa, três fileiras de barcos de guarda cercaram o navio. A primeira linha estava a cerca de trinta metros de distância do navio, e os barcos individuais estavam amarrados com tanta força que seus lados se tocassem formando uma barreira perfeita para impedir a passagem de qualquer outro barco. A visita do Manhattan foi curta, após quatro dias ele pôde partir e os japoneses lhes deram todos os suprimentos necessários (Mcomie, 2011).

Nesta visita Cooper recebeu muita gratidão pelo resgate dos nativos, mas foi informado pelo governador de Edo, por meio de um intérprete, que “a única razão pela qual ele foi autorizado a permanecer nas águas do Japão foi porque o Xogum se sentia seguro de que ele não poderia ser um estrangeiro de mau coração por ter saído tão longe de seu caminho para trazer pessoas pobres para seu país natal, que eram totalmente estranhos para ele. “Além disso, foi-lhe dito que o "imperador" pensava bem de seu "coração" e, conseqüentemente, ordenou a todos os seus oficiais que o tratassem com atenção marcante e suprissem todas as suas necessidades” (Mcomie, 2011). O capitão foi instruído a nunca mais voltar ao Japão, em circunstância nenhuma. Ao questionar o que fazer em caso parecido com o resgate dos marinheiros japoneses, lhes foi respondido que deveriam ser levados para algum porto holandês, mas nunca mais trazidos ao Japão.

A rápida visita de Cooper trouxe interesse aos japoneses sobre o povo e a civilização dos Estados Unidos, e este último não poupou esforços para deixar uma boa impressão do nome e caráter "americano", especialmente como um comerciante, nas mentes desses altos oficiais cuja posição poderia levá-los em audiência com seu soberano. Os relatos de Cooper foram curiosos, nas palavras de Mcomie (2011), parecia uma ilusão que um oficial da classe dos samurais estivesse favoravelmente impressionado por um povo cujo principal interesse era o comércio. “Ele provavelmente não estava ciente do fato de que, ao contrário dos Estados Unidos, mercadores e comerciantes ocupavam o degrau mais baixo da ordem social no Japão” (Mcomie, 2011, 29).

Em 1845, os Estados Unidos declaram guerra contra o México. Esse acontecimento gerou uma expectativa de que os Estados Unidos logo iriam adquirir uma longa costa no Oceano Pacífico, tornando-se assim uma nação verdadeiramente continental. O representante dos Estados Unidos na China, James Biddle, foi instruído a ir ao Japão com uma missão¹⁴. Ele tinha objetivo de iniciar negociações para um tratado comercial entre as duas nações (Jansen, 2000). O capitão James Biddle chegou à baía de Edo em 1846 com dois navios na esperança de abrir relações, mas quando os japoneses explicaram que as relações exteriores só podiam ser feitas na ilha de Kyuushuu em Nagasaki, ele se retirou, pois não tinha autorização para usar a força. Mcomie (2011) explica que houve dificuldade de comunicação de ambos os representantes das nações, e isto levou a um desentendimento entre Biddle e um guarda, e seu fracasso em exigir alguma concessão em troca pareceu, para alguns japoneses, uma justificativa para violar as regras locais.

É possível perceber neste tópico o quão forte era a relevância do Xogum. Embora o Imperador fosse o legítimo governante, ele depositava a autoridade no Xogum para governar em seu nome. Como um general militar, o Xogum ficou impressionado com a resistência da rebelião em Shimabara, e observando que seu poder estava ameaçado pelas influências ocidentais, decretou o Sakoku que levou o país a tomar medidas políticas que dificultaram a busca por alianças e comércios com o Japão.

Os relatos apresentados dos estadunidenses que tentaram contato com japoneses intencionalmente, ou não, foram limitados por falta de familiaridade com a língua e cultura japonesas, e também pelas restrições do Sakoku com os estrangeiros. Estes relatos, embora curtos, forneceram uma imagem interessante e valiosa do estado da sociedade japonesa numa época de reclusa, e que era pouco conhecida pelos estrangeiros e, principalmente, dos estadunidenses daquela época. Esses relatos vieram a ser muito importantes para a abertura dos portos que será apresentada no próximo tópico.

2. INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NA ABERTURA DOS PORTOS JAPONESES

A procura pelo poder comercial estadunidense levou o país a buscar por alianças no pacífico, com enfoque na China que havia perdido a Guerra do Ópio para Inglaterra em 1842 e

¹⁴ É significativo em um contexto geopolítico que o Comodoro estadunidense James Biddle tenha recebido a notificação oficial da declaração de guerra dos Estados Unidos contra o México em Xangai, pouco antes de embarcar para o Japão (Mcomie, 2011. p. 32).

tornou-se um importante ponto comercial no pacífico (Jansen, 2000). Este tópico tem o objetivo de narrar todo o interesse e influência estadunidense sob o Japão, sua vontade de obter comércio em diversas partes no pacífico, e principalmente um apoio para seus navios e marinheiros que viajavam para China. Também será abordado como as atitudes rudes e ameaçadoras tomadas pelo capitão Matthew C. Perry coagiram o Japão a assinar um tratado.

A primeira seção deste tópico aborda os interesses que levaram os Estados Unidos a firmar um tratado com o Japão, seu objetivo é compreender as ambições por trás da vontade de abrir os portos para comércio. Com o crescimento de navios e baleeiros estadunidenses no Extremo Pacífico a partir de 1848, surgiu a necessidade de um porto no pacífico para assegurar as necessidades dos navios e marinheiros enquanto viajam para realizar seus comércios na China. Com este intuito, o presidente dos Estados Unidos, Millard Fillmore, em 1852, incumbiu o Comodoro Matthew C. Perry com a missão de abrir os portos japoneses para que o país tenha um local de apoio no pacífico.

Ciente da situação do Japão em detrimento do Sakoku, o capitão Perry realizou uma vasta pesquisa sobre o país, buscando relatos de antigos viajantes estadunidenses, comerciantes Holandeses, e também através de livros. A segunda seção aborda a missão dada a Perry, chamada de Kurofune Raikou pelos japoneses. Perry e os marinheiros estavam convencidos que estavam levando civilização para uma terra que violava todas as normas da sociedade internacional. A seção também mostrará como os japoneses reagiram com a visita e exigências do capitão, que decidiu agir de forma rígida para obter sucesso em sua missão, e deixando claro que caso necessário buscaria uma guerra. Após deixar sua “intimação”, o capitão parte para continuar parte de sua missão, mas promete retornar para obter respostas.

Após a partida do capitão Perry em 1853, ocorreu o falecimento do Xogum no mesmo ano, deixando a administração do país fragilizada. Diversas reuniões ocorreram entre membros políticos japoneses sobre como proceder diante das exigências impostas pelos estadunidenses. Na terceira seção deste tópico trata-se dos debates internos enfrentados pelos japoneses, o medo de se deparar com uma guerra e a preocupação em manchar a honra do país. Apesar das implicações e resistência japonesa, Perry retorna ao país e consegue realizar um acordo de abertura dos portos, assinando o Tratado de Kanagawa.

2.1. Interesse estadunidense na abertura dos portos japoneses.

O fortalecimento da posição americana na costa do Pacífico, após a vitória na Guerra do México em 1848, trouxe vários estadunidenses para o extremo oeste. A propagação de slogans do "destino manifesto"¹⁵ despertaram a imaginação popular e levaram os estadunidenses a desbravar aventuras no Pacífico (Jansen, 2000). Por estes motivos o Japão tornou-se uma área de interesse para o comércio estadunidense. Este subtópico aborda os interesses estadunidenses que levaram a firmar um tratado de abertura dos portos japoneses, e também sobre a ameaça que sentia o Japão sob os interesses ocidentais.

Jansen (2000) explica que o interesse estadunidense pelo Japão era duplo. Existia uma necessidade de proporcionar segurança aos seus marinheiros devido os perigos do oceano, que precisavam muitas vezes de um porto para suprir suas necessidades no Pacífico, e também um desejo de expandir o comércio no pacífico.

Até o ano de 1858 as águas do Pacífico estavam ocupadas com frotas de baleeiros estadunidenses, alguns dos quais inevitavelmente acabaram nas costas do Japão (Jansen, 2000) — até esta época os Estados Unidos ainda eram iluminados por lâmpadas de óleo de baleia. Por consequências de acidentes marítimos, alguns marinheiros e navegações estadunidenses insistiram em buscar ajuda nos portos japoneses, mesmo tendo consciência que estrangeiros não eram permitidos por consequência do Sakoku. A partir destas tentativas, surgiram relatos de maus-tratos a marinheiros naufragados e fracassos em obter ajuda aos navios necessitados (Nester, 1996).

Na época da visita de James Biddle em 1846, que foi abordada no final do tópico passado, os japoneses mantinham prisioneiros sete sobreviventes de uma tripulação naufragada de um baleeiro estadunidense, estes foram soltos e voltaram ao seu país após quase seis meses. Os relatos de jornais sobre esses maus tratos aos “corpos e almas” dos náufragos enfureceram a opinião pública, o Japão então foi tratado como uma terra sem “civilização” e que violava as normas da sociedade internacional (Nester, 1996).

Além da necessidade de apoio aos baleeiros e navios de comércio, existia uma corrida por parte dos Estados Unidos na competição pelo comércio com a China — os empresários estadunidenses começaram a sonhar com rotas que circundariam o globo. O autor W. G. Beasley (1999) explica que o Japão se tornou um ponto essencial para os Estados Unidos.

“[...] falava-se de uma ferrovia transcontinental e até mesmo, talvez, uma rota de vapor através do Pacífico até Xangai, onde o comércio estadunidense perdia apenas para o da Grã-Bretanha. Uma vez que as

¹⁵ Uma doutrina expressada pelos Estados Unidos em que se acreditava que o expansionismo geopolítico estadunidense era uma expressão da vontade de divina. Assim, as treze colônias que formavam os então EUA acreditavam que Deus estaria ajudando os estadunidenses a comandar o mundo.

ilhas japonesas ficavam na rota do grande círculo de São Francisco para a costa da China, e eram conhecidas pelos relatos holandeses por possuírem depósitos de carvão, elas poderiam, pensava-se, servir como um ponto de parada para navios a vapor, que nesta fase de seu desenvolvimento tinha alcance limitado” (Beasley, 1999).

Portanto, os portos do Japão tornaram-se mais do que um interesse passageiro para os estadunidenses, que necessitavam de uma estação de carvão para dar apoio tanto aos seus navios que necessitavam de abastecimento e possíveis ajustes, quanto aos marinheiros durante seu trajeto a China.

Enquanto o Ocidente estava contente com o futuro em relação a China, os japoneses, segundo Beasley (1999), sentiam-se ameaçados com os tratados que foram firmados com a China. Um estudioso japonês, escrevendo em 1847, após relatos da Guerra do Ópio terem sido trazidos ao país por mercadores holandeses e chineses, foi levado a perguntar: “como podemos saber se a névoa que se acumula sobre a China não se reduzirá como geada sobre o Japão?”, e ele tinha a razão a seu lado (Beasley, 1999).

Os Governos, cônsules e estabelecimentos comerciais ocidentais, em sua maioria ainda ignorantes sobre o Oriente, foram facilmente persuadidos de que a estrutura que eles haviam planejado para regular seu comércio com a China serviria da mesma forma para lidar com outros "orientais". Essa atitude contribuiu bastante para garantir que o sistema portuário do tratado fosse eventualmente imposto ao Japão com o mínimo de ajustes (Beasley, 1999). Os holandeses em 1844, por exemplo, temendo pelo futuro de seus direitos em Dejima¹⁶, na situação internacional produzida pela Guerra do Ópio, buscaram um relaxamento das leis de reclusão, mas o pedido foi rejeitado. Navios de guerra ocasionais da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos encontraram oportunidade de visitar o reino de Ryukyu e o Japão, mas nenhuma dessas visitas aconteceram.

Apenas no ano de 1853 que os Estados Unidos viram a oportunidade de realizar um acordo com o Japão, através da expedição do Comodoro Matthew C. Perry (Kurofune Raikou¹⁷), foi preparada com cuidado. Perry, que hoje possui a fama de ser o homem que "abriu" o Japão, aceitou a designação com relutância, pois temia que isso lhe trouxesse pouca honra (Jansen, 2000). Então, diante da má situação, Perry preparou a viagem com cautela, insistindo em força suficiente para garantir o sucesso de sua missão, armando-se com o que se conhecia do Japão e aconselhando-se com outros que haviam viajado em águas japonesas.

¹⁶ Ilha artificial criada para acolher comerciantes portugueses, foi cedida a Holanda após a rebelião de Shimabara.

¹⁷ Kurofune Raikou (黒船 来航) ou "Chegada dos Navios Negros", foi chamada pelos japoneses a expedição de Matthew C. Perry.

2.2. Kurofune Raikou – A Expedição de Perry

Este subtópico aborda a missão incumbida ao Comodoro Matthew C. Perry em 1853, chamada pelos japoneses de Kurofune Raikou, que partiu ao Japão com o objetivo de abrir os portos japoneses para o comércio; e a tripulação convencida que estava trazendo a civilização para uma terra obscura que vivia em flagrante violação de todas as normas da sociedade internacional (Nester, 1996).

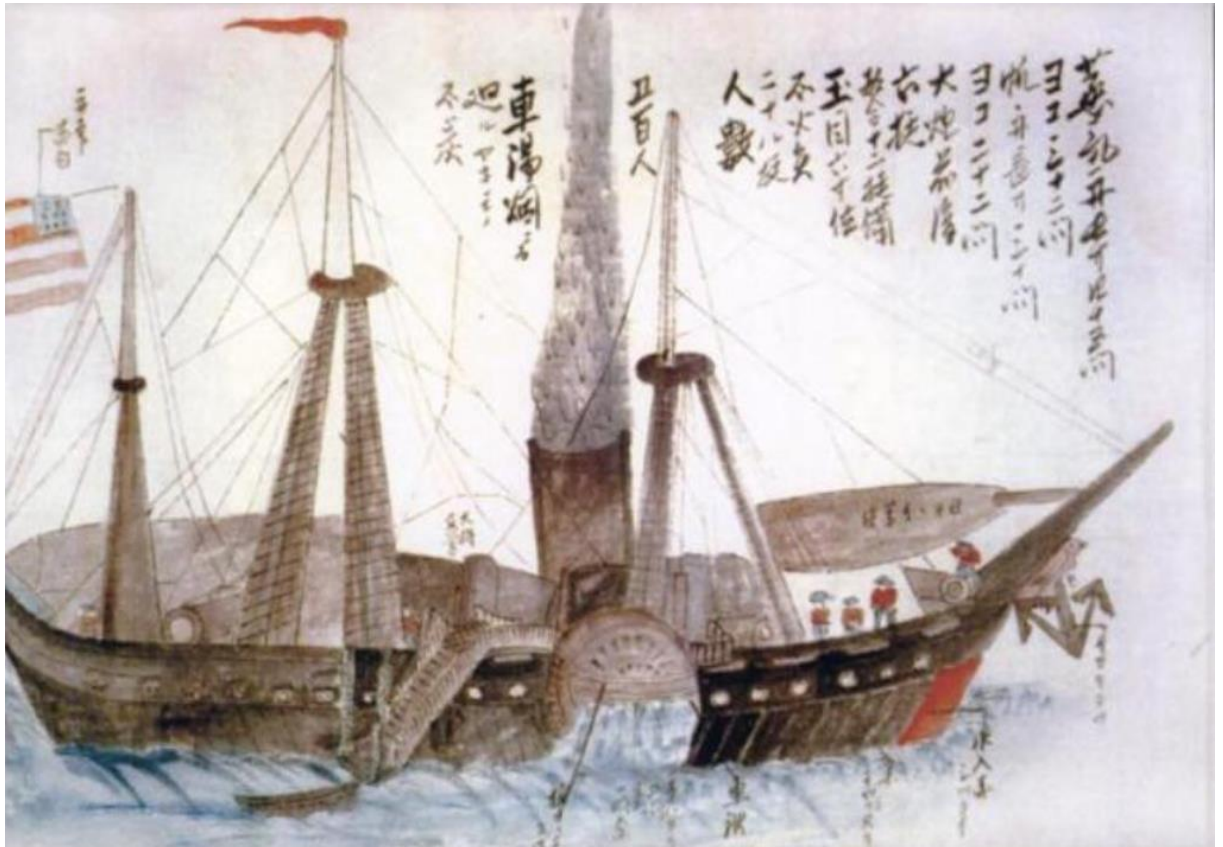
Em 1852, quando foi designado para a missão, o Comodoro Perry iniciou a preparação da expedição naval para as negociações com o Japão, ele estava determinado a “abrir” o país. Com o intuito de tornar a sua missão bem sucedida, Perry buscou dominar tudo o que pôde sobre o Japão através de livros, relatos de pessoas que já haviam visitado o Japão, como Biddle, e do conhecimento passado através de alguns comerciantes holandeses. Com base nas suas fontes ele obteve algumas ideias sobre os japoneses e como se portavam, por exemplo, em uma de suas cartas ele escreveu que era de “conhecimento comum” que existia certa duplicidade dos japoneses, o que se tornou mais claro, segundo o próprio Perry, quando realmente negociou com os japoneses, ele sentiu que eles eram “sagazes e enganadores” (Kitahara, 1986).

A expedição partiu em novembro de 1852 com destino a principal ilha que consistia o Japão, a ilha de Honshuu onde ficava a capital Edo. Com os conhecimentos adquiridos sobre o Japão, o comandante Perry sabia que, caso quisesse ter algum tipo de contato com os japoneses, deveria ir para a cidade onde os Holandeses faziam comércio, Nagasaki, que ficava localizada na ilha de Kyuushuu, e que apenas por ela que era permitida o ancorar de navios estrangeiros. Perry ignorou esta informação e partiu com destino a capital, o autor Marius B. Jansen (2000) aponta que, para Perry, a subserviência da Holanda perante o Japão e a própria Nagasaki deviam ser evitadas, ele lidaria apenas com as mais altas autoridades para obter sucesso em sua missão.

O comandante Perry chegou ao Japão em julho de 1853 com sua frota, o Esquadrão das Índias Orientais, composta por dois vapores e duas embarcações à vela que ancoraram no largo de Uruga, na entrada da baía de Edo, transportando juntos 977 marinheiros (Hones, 2006). A frota de Perry causou espanto aos japoneses que estavam na baía. O autor George Feifer (2006) descreve na sua obra sobre a "Abertura do Japão" que nenhum japonês jamais havia visto uma embarcação movida a vapor, e ficaram consternados antes mesmo de saber que possuíam armamentos. Alguns japoneses já haviam avistado embarcações baleeiros estadunidenses e as descreviam como uma “aparição incrivelmente grande”, mas eram muito menores comparados

aos vapores da frota de Perry. Os baleeiros estrangeiros já pesavam quatro ou cinco vezes mais que as embarcações nativas de 90 toneladas. A nau capitânia de Perry, que ancorou em Uruga, pesava cerca de 2.450 toneladas, tornando-a vinte vezes maior. Os navios foram descritos como “verdadeiros castelos que se moviam livremente sobre as águas” (Feifer 2006).

Figura 1 - Chegada de Perry e o Esquadrão das Índias Orientais (Kurofune Raikou) Sob a Perspectiva Japonesa



Pintura de um pergaminho japonês que descreve a perspectiva japonesa da chegada de Perry e do Esquadrão das Índias Orientais (Witner, David, 2004, pag. 75).

Como apresentado no tópico anterior, o Japão não era um país completamente "fechado" aos estrangeiros, e as medidas do Sakoku estavam mais brandas. Comerciantes chineses e coreanos visitavam o Japão regularmente, e alguns navios Holandeses eram autorizados em Nagasaki, no extremo sul, quase o mais distante possível da capital. Feifer (2006, pag. 30) descreve que na visão dos japoneses "aqueles veleiros já eram ruins o suficiente, mas esses novos negros (kurofune), cujas tripulações descaradas agora podiam ser vistas se preparando para lançar os barcos para um desembarque real, eram de outra ordem, vistos como uma ameaça à essência da sociedade e cultura japonesas." Muitos perguntavam-se se seu país sobreviveria.

O comandante Comodoro Matthew C. Perry apresentou-se e foi muito claro que não admitiria visitantes em sua presença, exceto japoneses de posição adequada (Beasley, 1999). Ele trouxe consigo uma carta do presidente Millard Fillmore e diante disto exigia ser tratado

com cerimônia. A carta do presidente estadunidense pedia um melhor tratamento para os marinheiros naufragados, a abertura dos portos de refúgio onde navios estrangeiros pudessem obter carvão e estoques, além de permissão para continuar o comércio (Beasley, 1999). De acordo com seu relato oficial, Perry estava decidido a "exigir como um direito, e não como um favor, aqueles atos de cortesia que são devidos de uma nação civilizada a outra". Ele estava bem ciente de que, quanto mais exclusivo ele se tornar, e quanto mais exigente pudesse ser, mais respeito os japoneses estariam dispostos a lhe premiar, então ele decidiu que tomaria um tom altivo caso necessário (Jansen, 2000).

Figura 2 - Perspectiva Estadunidense da chegada do Esquadrão de Perry



Litografia de W. Heine em 1856 sobre a perspectiva estadunidense da chegada do Esquadrão das Índias Orientais na baía de Uraga (Witner, David, 2004, pag. 76).

Na verdade, Perry não esperou até "esgotar todas as discussões" para mudar de tom (Jansen, 2000). Após longas negociações, ordens e pedidos dos oficiais japoneses para que fosse a Nagasaki, Perry fez saber que havia recebido a ordem de apresentar uma carta do presidente dos Estados Unidos ao imperador do Japão e que não iria embora sem cumpri-la. Diante disto, foi enviada ao negociador japonês a carta do presidente Millard Filmore juntamente com uma dura carta da autoria do próprio comandante; junto às cartas também foram enviadas bandeiras brancas simbólicas.

Na carta escrita por Perry, foi advertido que caso as "aberturas muito razoáveis e pacíficas" não forem aceitas imediatamente, ele voltaria com uma resposta na próxima primavera — desta vez com uma "força muito maior". O não cumprimento das exigências propostas traria uma guerra que o Japão certamente perderia e, nesse caso, as bandeiras brancas da rendição seriam úteis (Beasley, 1999). Jansen (2000) explica que provavelmente ao fazer esta intimação na carta, Perry estava agindo além de suas instruções uma vez que o presidente Fillmore tinha "repreendido particularmente" o Comandante Perry de "se abster de todo ato que pudesse perturbar a tranquilidade" do domínio do Imperador japonês. Essa atitude também daria uma imagem das realizações que Perry viria a fazer bem diferente do que gostaria, então ele discretamente omitiu todas as menções a essa carta de seus relatórios oficiais e pessoais.

O autor W. G. Beasley em sua obra *A Restauração Meiji*, apresenta um trecho escrito por um cronista japonês não identificado em 1864 — ela trata sobre a reação japonesa após as exigências do Capitão Perry:

"A classe militar durante uma longa paz negligenciou as artes militares; eles se entregaram ao prazer e ao luxo, e poucos vestiram uma armadura por muitos anos. De modo que ficaram muito alarmados com a perspectiva de que a guerra pudesse estourar a qualquer momento, e começaram a correr de um lado para outro em busca de armas. A cidade de Edo e as aldeias vizinhas estavam em grande tumulto; Antecipando a guerra que parecia iminente, o povo carregou seus objetos de valor e móveis em todas as direções para escondê-los na casa de algum amigo que morava mais longe" (Beasley, 1972).

Após deixar sua "intimação", Perry parte para China a fim de continuar parte de sua missão e, como dizia em sua carta, traria uma força maior para o caso de uma resposta não favorável. A abordagem estadunidense foi "dura", os grandes navios assustaram os japoneses com medo de uma possível guerra. Os quase mil marinheiros estadunidenses acreditavam que sua difícil viagem tinha o intuito de proteger o Japão, como dito no subtópico anterior, o Japão era uma terra sem "civilização" que violava as normas da sociedade internacional, e eles seriam seus salvadores. No início de 1854, após concluir o que foi designado na China, Perry cumpre sua promessa e retorna ao Japão para dar continuidade a sua missão de firmar um tratado e abrir os portos japoneses.

2.3. Tratado de Kanagawa – A Abertura dos Portos Japoneses

No início de 1854, Perry retorna ao Japão acompanhado dessa vez de oito navios, como prometido. Neste intervalo, legisladores japoneses haviam consultado diversos Daimiôs em

busca de como proceder diante das exigências estadunidenses, e as respostas não foram muito favoráveis. Neste subtópico é tratado sobre a abertura dos portos japoneses, apesar da resistência japonesa, Perry insiste em dar procedimento a sua missão e assim o fez. A abertura resultou na assinatura do tratado de Kanagawa entre Estados Unidos e Japão.

Dias após a partida do Comodoro Perry em 1853, o Xogum Tokugawa Ieyoshi faleceu e foi sucedido por seu filho de saúde fragilizada, Tokugawa Iesada, deixando a administração efetiva nas mãos do Conselho de Anciãos liderado por Abe Masahiro. Sem um Xogum presente para tomar decisões, os legisladores começaram a consultar os Daimiôs do país em busca de soluções de como proceder com as demandas de Perry, mas os resultados que tiveram não foram muito úteis.

Um pequeno grupo, cujo porta-voz era Tokugawa Nariaki, chefe do ramo sênior da casa do Xogum, sustentou que as demandas estadunidenses insultavam o país e deveriam ser recusadas, e caso necessário deveriam ir à guerra. Nariaki afirmava que qualquer outra atitude não iria só manchar a honra nacional que eles tanto prezavam, mas também minar o prestígio do Xogum. Outra minoria igualmente pequena liderada por Ii Naosuke — o mais poderoso dos Daimiôs — tinha uma visão muito diferente: sugerindo procurar ganhar tempo, mesmo que isso mostrasse a fraqueza militar japonesa. Este tempo ganho poderia ser usado na preparação para a guerra, sobretudo pela adoção de armas e tecnologia ocidentais (Beasley, 1972). O restante dos Daimiôs não tomou posicionamento, e pouco se interessaram em sugerir uma resolução, deixando o Conselho de mãos atadas.

Desta forma, até a chegada de Perry as opiniões estavam divididas: de um lado os grandes senhores feudais como Ii Naosuke, Abe Masahiro e Hotta Masayoshi, todos membros de um grupo que costumava dominar o conselho de estado. Estes defendiam uma política externa "realista", o que implicava um acordo de compromisso com Perry, seguido por medidas ativas para fortalecer o Japão, explorando o relacionamento recém-estabelecido com o Ocidente. Opondo-se a eles estavam alguns membros poderosos da própria família do Xogum Tokugawa, liderados por Tokugawa Nariaki e apoiados por alguns dos Tozamas¹⁸ mais ativos, que insistiam que os perigos de tal acordo superavam suas vantagens, em outras palavras, que as necessidades militares de longo prazo impediam um compromisso diplomático de curto prazo (Beasley, 1972).

¹⁸ Tozama Daimiô (外様大名) era uma classe de Daimiôs cuja casa era igual à casa Tokugawa antes do estabelecimento do Xogunato Tokugawa. Apesar de sua falta de laços hereditários com o Xogunato, essas casas, por causa de sua importância e status, foram autorizadas a manter seus domínios.

Perry voltou em 13 de fevereiro de 1854, mais cedo do que os japoneses esperavam, e como prometido acompanhado de esquadrão mais forte composto de oito navios, sendo três a vapor onde cada um tinha um veleiro a reboque. Ao chegar ele soube que uma missão russa sob o comando do almirante Putiatin estava em Nagasaki almejando negociar um tratado, já Perry estava determinado a não ser antecipado ou obrigado a se conformar com os termos que “outros” haviam estabelecido (Jansen, 2000). Ocorreram longos debates sobre onde as reuniões em terra seriam realizadas para tratar com Perry. Os japoneses os queriam em Uraga, o mais longe possível da capital, enquanto Perry defendia que deveria ser em Kanagawa, perto de Edo. Perry conseguiu convencê-los, e os americanos marcharam entre as fileiras de guardas japoneses, para o local definido para a reunião, em Kanagawa.

Diante das inconsistências das reuniões entre os membros do conselho, Abe Masahiro — que estava a cargo da administração efetiva do país — decidiu aceitar as propostas de Perry caso seus planos de contornar a situação falhassem, o que de fato aconteceu. As negociações foram delegadas ao líder da casa Hayashi, também chefe da academia xogunal de Shoheiko, e ele já estava ciente de como deveria proceder. Uma vez iniciadas as negociações entre os representantes de ambas as nações, os japoneses perceberam que não havia esperança de resistir a nenhum tipo de tratado, Perry mostrava-se irredutível (Jansen, 2000). Ao todo as negociações duraram 23 dias, e em março de 1854, uma convenção veio a ser assinada. O Tratado de Kanagawa, ou convenção de Kanagawa, abriu os portos de Shimoda e Hakodate com o intuito de refúgio aos estadunidenses, deu compromissos sobre o futuro tratamento dos fugitivos e previu a nomeação de um cônsul estadunidenses em Shimoda (Beasley, 1999). O tratado não fez nenhuma menção específica aos direitos de comércio, foi a única conquista diplomática dada ao Japão.

Figura 3 - Reunião entre o Comodoro Perry e os Nobres Japoneses



Xilogravura retratando a reunião de 1854 entre o Comodoro Perry, seus oficiais e nobres japoneses (Imagem retirada do Museu do Brooklyn).

Nos dois portos designados, os navios estadunidenses poderiam receber suprimentos e carvão, e os marinheiros naufragados seriam ajudados e devolvidos. Os estadunidenses teriam permissão para pagar pelos suprimentos recebidos, que na visão de Perry seria um passo inicial para o comércio e uma fórmula que permitia aos japoneses afirmar que haviam negado privilégios comerciais. Ambos os lados estavam relativamente satisfeitos, Perry por ter alcançado parte de seus objetivos, e os japoneses que evitaram o destino que a China encontrou ao se sujeitar a um sistema desigual de tratados (Jansen, 2000).

Apesar de não terem firmado um acordo com relação ao comércio, o tratado estimulou competitividade (Beasley, 1999). Os holandeses, por exemplo, buscaram obter melhores condições para seu comércio em Dejima. Comandantes navais britânicos e russos no Pacífico Norte buscaram tempo para analisar a situação e assegurar um acordo, assim como fez Perry. As autoridades britânicas que residiam na costa da China, acreditaram que a forma como o tratado foi firmado foi até então inadequado — estes começaram a formular planos para um tratado que acreditavam ser mais "adequado" com o Japão. O mesmo pensava o cônsul estadunidense de Shimoda, Townsend Harris, que quando chegou ao Japão em setembro de

1856 buscou tornar o acordo mais "apropriado", ele trouxe histórias de novas guerras na China e advertências de que o Japão deveria se submeter voluntariamente ao que não poderia evitar com resistência (Jansen, 2000).

Este tópico buscou mostrar os métodos utilizados pelos estadunidenses em busca de seus interesses e as consequências que o Sakoku trouxe ao Japão por se isolar. A busca e sede de poder comercial estadunidense, e o egocentrismo de Perry em não querer desonrar seu nome, os levou a tratar o Japão com ameaça mesmo que este não tenha sido o desejo do presidente Millard Fillmore. A consequência de ter se isolado por tantos anos deu desvantagem ao Japão no quesito de tecnologia, eles não conseguiriam vencer e nem almejavam uma guerra. Todos esses pontos serão avaliados no tópico seguinte utilizando o método do Process Tracing, que explicará o processo de formação e integração de ambos os países, que resultou na assinatura do Tratado de Kanagawa.

3. PROCESS TRACING COMO BASE NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES FIRMADAS ENTRE JAPÃO E ESTADOS UNIDOS.

O objetivo deste tópico é analisar as relações firmadas entre Japão e Estados Unidos, a assinatura do tratado de Kanagawa, por meio do instrumental do *Process Tracing* (PT). Primeiramente explana-se sobre o PT mostrando como ele será utilizado para analisar o objetivo deste artigo. Depois apresenta-se os fatores vistos como influências para a decisão da assinatura do tratado de Kanagawa.

O Process Tracing (PT), delineamento ou mapeamento de processos, é um método de pesquisa qualitativa que possibilita a “análise de evidências sobre processos, sequências e conjunturas de eventos dentro de um caso com o propósito de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar o caso” (Bennett e Checkel, 2015). Portanto, usa-se o PT quando se tem a intenção de explicar um efeito ou resultado específico, relacionado a um caso situado no tempo e no espaço, e precisa-se ter uma maior compreensão da natureza das relações causais que o geraram, isto é, quando se pretende “capturar mecanismos causais em ação” (Bennett e Checkel, 2015).

A escolha metodológica do PT é coerente com uma pesquisa que visa trabalhar um caso específico — a construção/formação das relações diplomáticas entre país A e país B, em perspectiva histórica — objetivando analisar de forma mais aprofundada uma série de eventos que seriam cruciais no desenvolvimento escolhido para estudo (Beach, 2016). No caso deste

trabalho, a metodologia do PT foi utilizada para inferir quais variáveis/eventos no período de 1845 a 1856, contribuíram para relações firmadas entre Japão e Estados Unidos, ou seja, a decisão da assinatura do tratado de Kanagawa (1854).

Em relação ao recorte temporal, foi escolhido o período entre 1845 a 1856, contudo, é possível perceber ao ler o trabalho que este recorte foi flexível. A princípio este recorte foi escolhido por tratar do primeiro contato dos japoneses e estadunidenses oficialmente, através de Mercator Cooper em 1845, e dois anos após a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1854, mas este recorte tornou-se flexível por precisar situar ao leitor como procedia o Xogunato. O PT é utilizado então para explicar as causas deste evento, os dados necessários para promover a explicação acarretou a analisar outros momentos históricos distintos do delimitado.

A utilização das técnicas do Process Tracing permite realizar inferências fortes sobre as variáveis/eventos que explicam o objeto de pesquisa deste trabalho. Ao utilizar de forma combinada as variáveis causais e o método do PT, de delinear os processos, é possível elaborar uma explicação sobre o que levou ao Japão a assinar um tratado de abertura dos portos com os Estados Unidos. As variáveis/eventos foram escolhidas devido a sua importância ao longo da pesquisa. Para melhor compreensão da escolha de tais variáveis/eventos, é necessário explicar a importância delas, que será apresentado seguindo a ordem da tabela a seguir:

Tabela 1 - Variáveis/Eventos que influenciaram a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1855

Variáveis/Eventos	Cronologia
Medo japonês de uma guerra	1853 - 1854
Expedição Perry, egocentrismo e pressão para abertura dos portos japoneses	1853
Desejo Estadunidense de expandir o comércio para o pacífico	1848 - 1855
Pequenos contatos entre japoneses e estadunidenses	1845 - 1846
Sakoku	1641-1855

Fonte: Elaboração própria.

A primeira variável a ser tratada é o medo japonês de uma possível guerra, que deixaram os japoneses alarmados diante da pressão feita pelo capitão Matthew Perry. Antes mesmo de Perry apresentar-se e enviar as cartas que tinha em mãos, os japoneses que estavam na baía já ficaram alarmados. O Japão estava muito atrás em tecnologia, a classe militar japonesa já não atuava em um conflito ou guerra há anos, e Abe Masahiro, que estava a cargo da administração

efetiva do país, tinha consciência disto. O Japão não estava preparado para uma guerra e isto acabou cedendo as exigências estadunidenses.

A Expedição de Perry foi outra variável importante, junto a ela foi colocado o “egocentrismo” do próprio Matthew Perry. Como foi dito no final do tópico 2.1, Perry relutou para aceitar a missão de abertura dos portos japoneses, isto porque o mesmo temia que isso lhe trouxesse pouca honra. A sua expedição foi preparada com cautela, meses antes de sua partida, Perry utilizou de conhecimento, estratégia e armamento para montar sua expedição, tudo com o intuito de torná-la bem sucedida. Ao chegar no Japão, utilizou de um poder persuasivo e autoritário que não o era permitido, tendo em vista que o próprio presidente Millard Fillmore o instruiu a não “perturbar a tranquilidade” do domínio japonês. Talvez se Perry não tivesse tratado o Japão com tanta “autoridade”, a assinatura do tratado não tivesse acontecido.

O desejo de expandir o comércio para o pacífico foi o que tornou a expedição de Perry possível, e é a terceira variável a ser analisada. A perda da China para Inglaterra na Guerra do Ópio trouxe aos estadunidenses, junto a doutrina do destino manifesto, o desejo de expandir seus comércios para o Extremo Pacífico, acarretando no crescimento de navios e baleeiros estadunidenses naqueles mares. O Japão tornou-se, por questões geográficas, um interesse para os Estados Unidos que detinham da necessidade de um porto no pacífico para assegurar as necessidades dos navios e marinheiros enquanto viajavam para realizar seus comércios na China.

A quarta variável são as viagens dos estadunidenses que tentaram contato com japoneses intencionalmente, ou não. Essa variável torna-se importante pois foi crucial no estudo do Capitão Perry para realizar a sua expedição. Os relatos forneceram uma imagem do estado da sociedade japonesa na época do Sakoku, que era pouco conhecida pelos estrangeiros e, principalmente, dos estadunidenses daquela época. Os relatos de Mercator Cooper, por exemplo, foram escritos ancorados perto da ilha de Honshuu, onde fica a capital, que não era o destino de comércio entre os holandeses — os únicos ocidentais com permissão de ancorar no país — sendo que os estadunidenses foram os únicos ocidentais que obtiveram permissão para ancorar na ilha no período de reclusão.

O Sakoku é variável crucial para análise do objetivo deste trabalho. Ela torna-se importante pois, antes do decreto do Sakoku em 1640, o Japão mantinha boas relações com o Ocidente. A própria ilha artificial de Dejima — onde os holandeses ancoravam para realizar comércio — foi criada, a princípio, para abrigar comerciantes portugueses, antes da Rebelião de Shimabara. A consequência por ter se isolado por tantos anos trouxe desvantagem ao Japão,

eles não evoluíram tecnologicamente para batalhar em uma guerra, suas armas não seriam eficazes e seu poder militar já não era o mesmo. Caso não tivessem fechado os portos para estrangeiros, talvez a Expedição de Perry não tivesse acontecido e os primeiros acordos com estadunidenses teriam sido firmados antes mesmo do relato do primeiro estadunidense que navegou sob os mares japoneses, John Kendrick em maio de 1791 — apresentado no tópico 1.3. Diante de todas as variáveis apresentadas, o Sakoku deu início a uma série de fatores que tornou possível a abertura dos portos japoneses, e a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1855.

CONCLUSÃO

Para analisar o processo de abertura dos portos japoneses, neste artigo foi utilizada a metodologia de process tracing, que procurou responder o questionamento de quais foram os elementos mais relevantes na formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos no período de 1845 a 1856. As variáveis/eventos foram escolhidas devido a sua importância ao longo da pesquisa, destacando-se: A expedição de Perry; O desejo estadunidense de expansão comercial; O Sakoku.

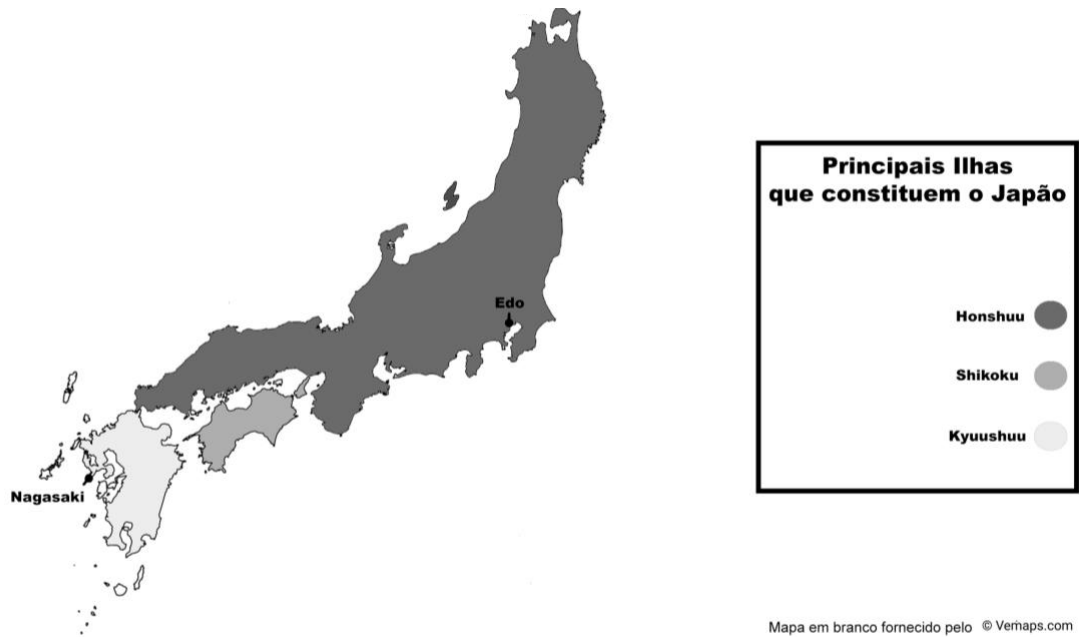
Em 1641 o Xogum declarou uma política isolacionista — o Sakoku — por sentir que seu poder estava ameaçado pelas influências ocidentais, e tomou medidas políticas que dificultaram a busca por alianças e comércios dos outros países com o Japão. Por ironia, a consequência por ter se isolado por tantos anos deu desvantagem ao país: a pressão e ameaça de guerra, dadas pelos Estados Unidos, os deixaram de mãos atadas e foram coagidos a assinar um tratado, visto que era notória a impossibilidade de uma vitória em um embate.

Como mostrado no decorrer do texto, o individualismo junto a busca e sede de poder comercial estadunidense, somado ao egocentrismo do capitão Perry em não querer desonrar seu nome, os levou a tratar o Japão com ameaça mesmo que este não tenha sido o desejo do presidente Millard Filmore. A propagação do “destino manifesto”, onde se acreditava que o expansionismo geopolítico estadunidense era uma expressão da vontade divina, alimentou o desejo de expandir seus comércios pelo mundo. Não só o capitão Perry, mas todos os marinheiros a bordo da nau capitania, tratavam o Japão como uma terra sem “civilização” e que a abertura dos portos faria bem ao país.

O desejo expansionista estadunidense de firmar comércios no pacífico e a Expedição de Perry foram umas das variáveis que tornaram possíveis a assinatura do tratado de Kanagawa.

Mas, na análise é possível perceber que o Sakoku foi a variável que mais se destacou, sendo responsável por uma série de eventos, direta ou indiretamente, que tornaram possível a formação das relações diplomáticas entre Japão e Estados Unidos em 1855.

Mapa 1 - Mapa do Japão cerca de 1845-1856



Fonte: Mapa em branco fornecido pelo Vemaps.com e editado pela autora

Referências

AUSLIN, M. R. Negotiating with Imperialism: The Unequal Treaties and the Culture of Japanese Diplomacy. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 2, p. 168, 2005.

ABOU-JAOUDE, Amir L. A Pure Invention: Japan, Impressionism, and the West, 1853-1906. **The History Teacher** 50, 2016, p. 57-82. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/44504454>> Acesso em 25 de Fevereiro de 2021

BEACH, D. It's all about mechanisms – what process-tracing case studies should be tracing. **New Political Economy**, v. 21, n. 5, p. 463–472, 2 set. 2016.

BEASLEY, W. G. 1972. *The Meiji Restoration. Modern Japan.* STANFORD, CALIFORNIA. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780429494970-5>>

BEASLEY, W. G. *The Japanese Experience - A Short History of Japan.* London: **Weidenfeld & Nicolson**, London. 1999.

BENNETT, A. Process tracing: A Bayesian perspective. In: **The Oxford handbook of political methodology**. 2008.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process-tracing: from metaphor to analytic tool. **Cambridge University Press**, Cambridge, 2015. (Ed.)

CARRASCO, Juan J. S. “La Revolución Meiji.” Accessed September 17, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/7150531/La_Revolución_Meiji>

DRURY, C. (1945). Early American Contacts with the Japanese. *The Pacific Northwest Quarterly*, 319-330. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40732703>> Acesso em 13 de Março de 2021

REICHERT, Emanuel H. 2015. “O Imperialismo Legal e Seus Limites: Um Estudo Da Extraterritorialidade Americana No Japão (1858-1899).” In **Anais Do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=600>>

FEIFER, George. *Breaking Open Japan: Commodore Perry, Lord Abe, and American Imperialism in 1853.* **Smithsonian**, 2006

FERNANDES PINTO, A. Japanese elites as seen by Jesuit Missionaries. Perceptions of social and political inequality among the elites. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237033533_Japanese_elites_as_seen_by_Jesuit_Missionaries_Perceptions_of_social_and_political_inequality_among_the_elites>. Acesso em: 20 set. 2020.

FESSLER, Susanna. *Musashino in Tuscany: Japanese Overseas Travel Literature, 1860–1912.* 2004. Disponível em: <<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/41573/9780472901975.pdf?sequence=1>>

FILLMORE, Millard. From Millard Fillmore, President of the United States of America, to His Imperial Majesty, the Emperor of Japan. 13 de Novembro, 1852. In **Primary Source Document with Questions (DBQs)**, Asia for Education, Columbia University. Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/fillmore_perry_letters.pdf>

GASKIN, Carol; HAWKINS, Vince. “Breve Historia de Los Samuráis: De Ronnins a Ninjas: La Auténtica Historia de Los Más Implacables Guerreros de La Antigüedad.” 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/The_Ways_of_the_Samurai.html?id=ysMMzzIYaVQC&redir_esc=y>

GRIFFIS, W. E. Our Honor and Shame with Japan. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25108270?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 26 set. 2020.

HELLYER, Robert I. Defining Engagement: Japan and Global Contexts, 1640-1868. **Harvard University Asia Center**, v. 120, n. 8, p. 1448-1449, 2011.

HENRIQUES, Anna Beatriz L.; LEITE, Alexandre César C.; JÚNIOR, Augusto Wagner M. T. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o Estudo das Relações Internacionais. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. xx-xx, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/52333>>

HONES, S.; ENDO, Y. History, distance and text: narratives of the 1853–1854 Perry expedition to Japan. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 3, p. 563–578, jul. 2006.

JANSEN, M. B. The Making of Modern Japan. [s.l.] **Harvard University Press**, 2000.

KAZUI, T.; VIDEEN, S. D. Foreign Relations during the Edo Period: Sakoku Reexamined. **Journal of Japanese Studies**, v. 8, n. 2, p. 283, 1982.

KITAHARA, M. Commodore Perry and the Japanese: A Study in the Dramaturgy of Power. **Symbolic Interaction**, v. 9, n. 1, p. 53–65, 1 maio 1986.

LU, D. J. Japan: A Documentary History. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Japan.html?id=maXRLaADxLsC&redir_esc=y>. Acesso em: 25 set. 2020.

MALYN, N. A History of Portuguese Overseas Expansion 1400-1668. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/History-Portuguese-Overseas-Expansion-1400/dp/0415239796>>. Acesso em: 1 out. 2020.

NESTER, W. R. Power across the Pacific: A Diplomatic History of American Relations with Japan. Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/2577513/0adbb5>>. Acesso em: 25 set. 2020.

MCOMIE, W. American Eyewitness Accounts of bakumatsu Japan, 1842-1846. 2011.

Reception for Commodore Perry by Japanese Noblemen, ca. 1887. Color woodblock print, 14 x 20 3/8 in. (35.6 x 51.8 cm). Brooklyn Museum, **Process-tracing: from metaphor to analytic tool**, X729.3 (Photo: Brooklyn Museum, X729.3_PS2.jpg)

PERRY, M. C. From Commodore Matthew C. Perry to His Imperial Majesty, the Emperor of Japan. 7 de Julho, 1853. **In Primary Source Document with Questions (DBQs)**, Asia for Education, Columbia University. Disponível em:
<http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/fillmore_perry_letters.pdf>

TREAT, P. J. Japan and the United States, 1853-1921. **Political Science Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 535, set. 1922.

TOBY, Ronald P. Reopening the question of Sakoku: Diplomacy in the legitimation of the Tokugawa Bakufu. **Journal of Japanese Studies**, v. 3, n. 2, p. 323-363, 1977.

WITTNER, David G. Commodore Matthew Perry and the Perry Expedition to Japan. The **Rosen Publishing Group**, Inc, 2004.